

CPI cede a pressão e suspende relatório parcial

Orcamento

■ Magalhães admite que decisão atende a grandes partidos, mas quer evitar “naufrágio” caso o Congresso fique contra comissão

Arte/JB

BRASÍLIA — Por 14 votos a quatro, a CPI do Orçamento suspendeu ontem a apresentação do relatório parcial do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), que seria feita no dia 16, com o pedido de cassação de oito políticos. A decisão foi tomada por pressão dos grandes partidos, aos quais estão ligados os que seriam cassados. Além da tentativa de ganhar tempo, pesou também para esses partidos a decodificação dos disquetes da empreiteira Norberto Odebrecht.

Houve ainda o temor de que, com o primeiro relatório, a tendência de todo o Congresso fosse considerar praticamente encerrados os trabalhos da CPI, criando condições para garantir a impunidade de outros parlamentares.

Voto vencido, o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), acabou admitindo que “fatos novos surgiram com os disquetes da Odebrecht”. Além dele, votaram a favor do relatório parcial os senadores Luís Alberto (PTB-PA), Pedro Teixeira (PP-DF), e o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP). Aceitando a decisão da maioria, Mercadante comentou que dessa maneira o relatório final sairá fortalecido.

O deputado Roberto Magalhães anunciou que entregará seu relatório final até o dia 17 de janeiro. E fez uma advertência aos parlamentares “notáveis” ou “protegidos”, como Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que estão retardando seus depoimentos: “Quem não se defender e estiver envolvido será enquadrado na proposta de punição”. Magalhães fez um desabafo: “É melhor um relatório único do que o Congresso Nacional contra a CPI”.

Além das questões políticas e dos fatos novos, pesaram na decisão da CPI os argumentos jurídicos

AS PRESSÕES SOBRE A CPI

Mesa da CPI

Os senadores José Sarney (PMDB-AP) e Mauro Benevides (PMDB-CE) desenvolveram gestões para evitar que a investigação chegue a seus filhos, Carlos Roseana Sarney (PFL-MA). Roseana Sarney (PFL-MA) chegou a seu filho, Carlos, e o deputado Miguel Arraes (PSB-PE) foram ao senador Jarbas Passarinho (PPR-PA) exigir um “nada consta”. Não saíram de mãos abanando. Passarinho atestou que “até o momento” não havia nada contra eles.

Presidente da CPI

Os governadores Joaquim Roriz (DF), João Alves (SE), e o deputado Miguel Arraes (PSB-PE) foram ao senador Jarbas Passarinho (PPR-PA) exigir um “nada consta”. Não saíram de mãos abanando. Passarinho atestou que “até o momento” não havia nada contra eles.

Subcomissão de Bancos

O Ministro Alexandre Costa, da Integração Regional, o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), e o líder do PMDB, senador Mauro Benevides (CE), arrancaram do coordenador da subcomissão, deputado Benito Gama (PFL-BA), um “nada consta”. Suas contas, de acordo com Benito, estariam certas.

Subcomissão de patrimônio

O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), ex-presidente da Câmara e que faz questão de se reunir com a Subcomissão de Bancos, tem se negado a atender aos pedidos para reunir-se com os integrantes desta subcomissão. Seu porta-voz é o deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP).

Relator — Os líderes do PFL, Luis Eduardo Magalhães (BA) e do PMDB, Tarcísio Delgado (MG), conseguiram demover o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) de insistir na apresentação do relatório parcial. O deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP) chegou a ler um parecer jurídico, mostrando que legalmente não poderia ser aprovado um relatório parcial. Os oito deputados cuja cassação seria recomendada nesse relatório também pressionaram para que ele não saísse.

Subcomissão de Emendas

Os deputados José Reinaldo Tavares (PFL-MA) armaram uma operação para evitar que seus sigilos bancários e fiscais fossem quebrados. Conseguiram se safar até agora.

cos. “Dois relatórios gerariam uma luta judicial, em que a briga seria pelo princípio da equidade”, afirmou o relator. Magalhães reconheceu que os disquetes poderiam representar uma surpresa desagradável para quem se considerasse em boa situação por ter escapado do primeiro relatório.

Magalhães revelou que chegou a retirar de sua lista inicial de cassados os nomes de dois parlamentares, mas, depois de ler os relatórios elaborados pelos senadores José Paulo Bisol (PSB-RS) e Francisco Rollemberg (PFL-SE) e pelos deputados Moroni Torgan (PSDB-CE) e Aloizio Mercadante (PT-SP), achou melhor reincluí-los.

A crise que chegou a ameaçar a estabilidade da CPI, tinha origem no relatório parcial, segundo Magalhães: “Agora ela está superada”, acredita. Na sua opinião, “não dava para insistir em um relatório parcial se a CPI precisa do apoio do Congresso para aprovar suas conclusões”. Sobre a reação negativa da opinião pública e a expectativa no meio militar quanto à rapidez das punições aos corruptos, Magalhães afirmou: “Não estamos nos esquecendo da opinião pública, mas não queremos o Congresso contra a CPI”.

A iniciativa do plenário da CPI de apressar as cassações partiu de “fora para dentro”, reconheceram

Passarinho e Magalhães. “Não se trata de atrasar o relatório nem o trabalho das subcomissões”, explicou Passarinho. “O adiamento foi necessário para se chegar a um porto seguro, caso contrário, confesso que temeria pelo naufrágio do barco”, concluiu Magalhães.

Com o prazo fatal de 17 de janeiro, Passarinho anunciou que a comissão não terá recesso entre os dias 23 de dezembro e 4 de janeiro, feriados do Natal e Ano Novo. Segundo ele, a comissão não interromperá os trabalhos de investigação: “Não teremos o recesso mesmo que o Congresso tenha”. Uma reunião das mesas da Câmara

e do Senado, marcada para o dia 21, decidirá se o Congresso folgará ou não nos feriados. Para alguns parlamentares é constitucional a CPI funcionar com o Congresso fechado, mas o vice-presidente da CPI, Odacir Klein (PMDB-RS), informou que um estudo jurídico confirma não haver problema.

Mesmo com as datas dos novos depoimentos já marcadas para semana que vem, Ibsen continua adiando seu depoimento. Para Magalhães “quem está sendo investigado é que deve ter pressa”. E citou o que acontece com os jogos de futebol: “Quem está ganhando anda devagar”.

□ Com depoimento marcado para um grupo de parlamentares da CPI do Orçamento na próxima segunda-feira, Paulo César Farias poderá decepcionar seus inquisidores. O deputado Augusto Farias (PSC-AL) disse ontem, após visitar seu irmão na prisão, que ele não terá muito o que dizer sobre o esquema da Comissão de Orçamento. “Não vejo nada que ele possa acrescentar”, comentou o deputado. De acordo com Augusto, PC Farias poderá, no máximo, explicar seu relacionamento com as empreiteiras envolvidas. Algumas estão entre as empresas que, segundo PC, deram dinheiro para a campanha de Collor.